



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

241

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000300-43.2010.8.17.0460 (0244424-2)

RELATOR: Desembargador Fábio Eugênio Oliveira Lima

APELANTE: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

APELADO: Regina Francisca da Conceição e Aleide Queiroz Lacerda

EMENTA. DIREITO DO CONSUMIDOR. DANO MORAL. DÉBITO ARBITRADO PELO CRITÉRIO DE ESTIMATIVA DE CARGA. INCLUSÃO NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. ABUSIVIDADE. DANO MORAL CONFIGURADO. PRETENSÃO DE REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. RAZOABILIDADE DO ARBITRAMENTO DA INSTÂNCIA INFERIOR.

1. É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude (Súmula nº 13).

2. A inclusão, sem justa causa, do nome do consumidor nos cadastros nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, qualificando-o, em via de consequência, para consulta indiscriminada de quem interessar possa, como mau pagador, configura dano moral indenizável, que, no caso, opera-se *in re ipsa*, vale dizer em decorrência da ilicitude do ato praticado, independente de qualquer outro efetivo prejuízo.

3. À míngua de critérios estritamente objetivos definidos em Lei para a fixação da indenização por dano moral, o valor arbitrado pelo juiz a quo, quando não seja vil ou exorbitante, deve ser mantido.



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

242

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0000300-43.2010.8.17.0460 (0244424-2), acordam os Desembargadores da Câmara Extraordinária Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade dos votos, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado, por unanimidade, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Relator Desembargador Fábio Eugênio Oliveira Lima.

Recife, 19.09.2014


Fábio Eugênio Oliveira Lima
Desembargador Relator



226
Jus.

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000300-43.2010.8.17.0460 (0244424-2)

RELATOR: Fábio Eugênio Oliveira Lima

APELANTE: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

APELADO: Regina Francisca da Conceição e Aleide Queiroz Lacerda

RELATÓRIO

Cuida-se, na origem, de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por dano moral ajuizada por **REGINA FRANCISCA DA CONCEIÇÃO e ALEIDE QUEIROZ LACERDA** em face de **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO-CELPE**, ao argumento, em suma, de que não reconhece a dívida relativa à fatura cujo inadimplemento ensejou a inscrição do seu nome nos cadastros restritivos de crédito.

Aduz que recebeu fatura de consumo não medido, no valor total de R\$842,30 (oitocentos e quarenta e dois reais e trinta centavos), sob a alegação de existência de irregularidade no medidor, mais especificamente, de existência de "ponte no bloco de terminais".

Citada, a parte ré apresentou contestação, sustentado, em apertada síntese, que a suspensão do fornecimento de energia elétrica foi legítima, dado que a fatura inadimplida representa consumo decorrente de levantamento de carga instalada, em face de constatação por seus técnicos de irregularidades. Advoga, ainda, que, diante de inadimplemento de fatura de cobrança de consumo presumido aferido mediante estimativa de carga, a suspensão do serviço de fornecimento de energia, são medidas derivadas diretamente do exercício regular de um direito. Invocado os termos da Resolução da ANEEL nº 456/00.



237
JUL

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

A sentença declarou a inexistência do débito e condenou a ré ao pagamento de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) a título de dano moral em favor de **REGINA FRANCISCA DA CONCEIÇÃO**.

Irresignada, a parte ré interpõe a apelação, reafirmando as razões de fato e de direito trazidas com a contestação. Requer que seja provido o presente recurso ou, caso seja mantida a sentença atacada, pugna pela redução da importância arbitrada a título de dano moral.

Sem revisão. Malgrado o processo tenha tramitado sob o rito ordinário, a causa tem valor não excedente a 60 (sessenta) vezes o salário mínimo e não houve reconhecimento da complexidade da matéria pelo juiz a quo. Assim, incide, na hipótese, o disposto no artigo 551, § 3º, do Código de Processo Civil, na sua interpretação teleológica.

É o relatório.

Inclua-se em pauta de julgamento.

Recife,

09/05/2014

Fábio Eugênio Oliveira Lima
Desembargador Relator



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

243

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000300-43.2010.8.17.0460 (0244424-2)

RELATOR: Desembargador Fábio Eugênio Oliveira Lima

APELANTE: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE

APELADO: Regina Francisca da Conceição e Aleide Queiroz Lacerda

VOTO

Após a realização de inspeção em que se constatou, unilateralmente, a ocorrência de irregularidade relativa à medição do consumo, a empresa concessionária, também unilateralmente, arbitra o débito, pelo critério de estimativa de carga, definindo, assim, qual o valor da diferença entre o consumo faturado durante o suposto período de duração da irregularidade e o consumo presumido para o mesmo período, a partir de orientação normativa da ANEEL.

Assim, em linha de princípio, não se apresenta arbitrário o débito apurado por estimativa pelo critério da carga instalada, nos termos dos instrumentos normativos da ANEEL (Resolução da ANEEL nº 456/00).

No entanto, quando o consumidor se insurge, administrativa ou judicialmente, contra a suposta fraude e/ou contra o valor da dívida apurada unilateralmente, a empresa concessionária terá que submeter sua pretensão de cobrança ao pleno e exauriente processo de conhecimento, onde o juiz, observando o princípio da bilateralidade e da ampla defesa, decidirá e declarará, por sentença, que não houve arbítrio na fixação do débito definido por estimativa.

Em outros termos, ante a resistência do consumidor, expressada no ambiente administrativo ou na via judicial, e a dúvida quanto à fraude ou mesmo quanto o valor arbitrado, a concessionária tem o ônus de formular pretensão, em ação específica ou mesmo pela



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

244

via da reconvenção, do acerto do débito pretérito e provar que, de fato, houve erro na medição, qual o motivo determinante desse erro - fraude, avaria ou má conservação do medidor, e a extensão da existência da diferença de consumo a ser apurada.

É exatamente por isso que diante da dúvida ou má compreensão do consumidor quanto à fatura de cobrança de consumo presumido aferido mediante estimativa de carga, provocadas pela falta de informação adequada ou por desconfiança dos procedimentos da concessionária, é necessário que haja o acerto jurídico, pela via judicial, para a validade e exigibilidade do débito.

Essa é a postura imposta pelo princípio da boa fé objetiva, que tem um espectro muito mais amplo nas relações de consumo. A final de contas, o consumidor poderá ter razão, não sendo lícito obrigá-lo a vir a juízo, em casos tais, para desfazer a presunção gerada unilateralmente consubstanciada no débito fixado por estimativa.

Na hipótese, a apelante não desimcubiu do ônus de provar a idoneidade do *quantum* cobrado.

Por isso, forçoso desconstituir a dívida e reconhecer a abusividade da negativação do consumidor.

Como consolidado no Direito jurisprudencial, a inclusão, sem justa causa, do nome do consumidor nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, qualificando-o, em via de consequência, para consulta indiscriminada de quem interessar possa, como mau pagador, configura dano moral indenizável, que, no caso, opera-se *in re ipsa*, vale dizer em decorrência da ilicitude do ato praticado, independente de qualquer outro efetivo prejuízo.

A partir de tais ponderações, tenho como configurados o dano moral e o dever de indenizar.



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete do Des. Fábio Eugênio Oliveira Lima

245, .

Ultrapassada essa questão, passo a analisar a indenização arbitrada.

À míngua de critérios estritamente objetivos definidos em Lei para a fixação da indenização por dano moral, o valor arbitrado pelo juiz a quo, quando não seja vil ou exorbitante, deve ser mantido.

De realçar que a orientação do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que, na fixação do quantum indenizatório de dano moral "(...) recomendável que o arbitramento seja feito com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, ao nível socioeconômico dos autores e, ainda, ao porte econômico dos réus, orientando-se o juiz pelos critérios sugeridos pela doutrina e pela jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso" (Cfr. REsps. n.ºs. 214.381-MG; 145.358-MG e 135.202-SP, Rel. Min. Sálvio Figueiredo Teixeira, respectivamente, 29.11.99, 01.03.99 e 03.08.98).

No caso, o valor de R\$8.000,00 (oito mil reais) fixado na sentença a título de danos morais atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de modo que não merece ser alterado.

Isso posto, voto no sentido de negar provimento à apelação, para manter a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 19.07.2014


Fábio Eugênio Oliveira Lima
Desembargador Relator

Cód. 03